

Um universo muito diverso

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Gema Martín Muñoz

O brutal impacto dos atentados terroristas de 11 de Março, em Madrid, leva-nos a recordar o grande desafio que enfrentamos para conseguir vencer redes terroristas fragmentadas, difusas e globais, como são as que procedem da al-Qaida ou que com ela se identificam. Para lutar contra esse terrorismo, em paralelo com as acções policiais e com a actividade dos serviços de informações, é necessário impulsionar uma alteração estratégica na política internacional que permita a construção de um processo histórico novo no Médio Oriente, bem como identificar devidamente quem são os terroristas.

Para tal, é fundamental conhecer bem os actores políticos do universo islamista que actualmente existem no mundo muçulmano. Trata-se de distinguir claramente os que representam opções de moderação, estabilização e democratização (como é o caso do partido que actualmente governa a Turquia) dos que são extremistas e terroristas. Acabar com a perniciosa amálgama do «terrorismo islâmico» deveria ser a primeira mudança a efectuar, estabelecendo devidamente as enormes diferenças que existem entre os actores islâmicos e os diversos contextos em que actuam. Outro passo necessário seria defender o Estado de Direito perante os regimes que diariamente o ignoram e menosprezam, para evitar interpretações interessadas do terrorismo numa parte do mundo onde existe um uso abusivo do termo com o propósito de aniquilar oposições políticas alheias ao recurso à violência ou para estigmatizar movimentos de resistência anti-colonial.

Em primeiro lugar, convém referir que o integrismo com maior presença no mundo muçulmano é o cultural-religioso e não o político. É representado pelo mundo dos ulemas tradicionalistas, que não desempenham um papel político de oposição mas sim de aliança com os governos autocráticos no mundo muçulmano. Os governos utilizam-nos como correias de transmissão com a sociedade, para que lhes dêem um aval político e lhes permitam manter o monopólio do uso político da religião. Em troca, os governos permitem-lhes que controlem o modelo social e que se convertam em

censores da sociedade e guardiães da tradição, bloqueando a mudança, a reforma social ou qualquer interpretação modernista do Islão. Assim se produz um paradoxo: são os actores islâmicos menos politizados e aliados dos governos despóticos, por sua vez maioritariamente aliados do Ocidente, os principais responsáveis pela ausência de desenvolvimentos na modernização da sociedade, enquanto que quando se fala de «fundamentalismo islâmico» o mundo ocidental subentende que se trata dos movimentos de oposição política que representam sobretudo os islamistas. Alheios ao que se pensa, estes movimentos islâmicos, reformistas na sua grande maioria, têm um potencial modernizador muito maior e são completamente alheios à violência.

O islamismo tem origem numa tendência de pensamento reformista muçulmano que começou a desenvolver-se no século XIX, quando a decadência do Império Otomano levou as elites intelectuais árabes a procurar novos projectos de renovação. Para alguns, a solução residia na imitação do modelo liberal europeu mas, para outros, a resposta estava na modernização do Islão, através de uma nova interpretação. Com a criação da Irmandade Muçulmana no Egipto, em finais dos anos 20, começou-se a dar uma organização política a esse pensamento teórico, dando origem ao movimento islamista. Os islamistas vão defender uma ordem islâmica, mas sem negar uma interpretação contemporânea, adaptada à realidade do momento.

Actualmente, podemos falar da terceira geração de islamistas, se partirmos do momento em que Hasan al-Banna fundou no Egipto, em 1928, a Associação da Irmandade Muçulmana. A primeira geração fez parte do movimento nacional de libertação contra a dominação colonial. Após as independências, os movimentos nacionalistas monopolizaram o Estado. Em muitos países do Mundo Árabe, as elites nacionalistas e militares de tendência secularizante que dominaram o aparelho de Estado expulsaram desse mesmo aparelho as correntes islamistas, e a repressão estatal levou a que se gerassem importantes mudanças no seu seio. O naserismo, o baasismo, o kemalismo ou o regime do Xá no Irão surgiram como rivais políticos sem misericórdia e a segunda geração islamista conhecerá a experiência da prisão, da aniquilação e do exílio às mãos dos seus antigos camaradas da luta anti-colonial. Enquanto para a primeira geração o principal adversário era «externo» – as potências coloniais – para a segunda o adversário será muçulmano: os governos socialistas autocráticos que os ilegalizam e reprimem.

A perseguição e repressão vão influenciar o surgimento de uma corrente radical islamista em que a prioridade deixa de ser a reforma da sociedade para passar a ser a derrocada do poder, e marcará o começo das cisões entre a primeira geração e alguns

sectores mais jovens, endurecidos pelas práticas repressivas dos regimes socialistas árabes.

Esta será a origem dos movimentos nacionalistas violentos, em ruptura e confronto com a tendência-mãe reformista da Irmandade Muçulmana que denunciará a sua concepção radical e violenta até à actualidade. Mais, é neste momento que se vai produzir um profundo cisma entre reformistas e extremistas, que aumentará à medida que ocorram acções terroristas. Estes grupos radicais clandestinos, com uma concepção islâmica rigorista e intolerante, em grande desconexão com a sociedade, foram sempre minoritários em relação à corrente reformista e centraram o foco da sua violência nos regimes árabes, sendo o assassinato do Anwar al-Sadat às mãos da Jihad egípcia o momento que marca de forma mais espectacular essa orientação.

O percurso e a evolução dos partidos políticos islamistas reformistas foram muito diferentes dos ramos extremistas. Este islamismo reformista, ao contrário do Islão tradicionalista e institucionalizado, é politicamente autónomo e está ligado às mudanças sociais e políticas que ocorrem nas sociedades muçulmanas actuais e, em consequência, afastam-se das visões a-historicistas, nas quais o Islão é percebido como um sistema intemporal que potencia o imobilismo, como é o caso dos ulemas tradicionalistas ou do wahhabismo na Arábia Saudita e dos talibãs no Afeganistão.

Pelo contrário, é uma tendência que se preocupa muito com os elementos sócio-educativos e com a procura de referências próprias que lhes permitam recuperar uma imagem de si mesmos positiva e afirmativa. Do Ocidente espera-se um tratamento de reconhecimento e respeito, mas não é contra o Ocidente que se constrói a recuperação do Islão. O que se questiona é que a especificidade do universo cultural ocidental tenha sido arbitrariamente erigida em referência universal absoluta. Por isso, quando, por vezes, este discurso islamista expressa ressentimento em relação ao Ocidente não é porque não aprecie os seus valores ou o progresso e desenvolvimento das liberdades públicas que aí se desfrutam, mas sim em reacção à sua arrogância e à sua duplicidade moral quando se trata de defender os direitos humanos, a democracia ou, questão sempre presente, a situação dos palestinos.

Em termos de acção política, a evolução desta terceira geração islamista revela claramente tanto a sua ancoragem ao marco territorial do Estado-nação (por contraste com as visões pan-islâmicas) como um processo de amadurecimento político, baseado no pragmatismo, que, longe de os deixar presos ao conservadorismo sócio-cultural, os impulsionou para a cultura do consenso com outros projectos sociopolíticos distintos do islâmico (no quadro do pluralismo político, das eleições, do governo). A aceitação do

pluripartidarismo e da partilha do poder, assim como o reforço da participação nas instituições do Estado, manifestada por partidos como o al-Nahda da Tunísia, a FIS da Argélia ou a Irmandade Muçulmana do Egipto, e corroborada pela participação parlamentar da Irmandade Muçulmana na Jordânia, do Hezbollah no Líbano e recentemente do Partido da Democracia e da Justiça (PDJ) em Marrocos, aproximam os islamistas reformistas da cultura democrática e demonstram a sua participação legalista e a sua adequação ao pluralismo, enquanto as políticas governamentais partidárias da sua exclusão (como na Tunísia, na Argélia e, em grande medida, no Egipto) aparecem ligadas às experiências mais ditatoriais.

Estes partidos islamistas reformistas devem ser entendidos como actores políticos chamados a participar, juntamente com os outros partidos, no processo de transição democrática. A sua adaptação ao governo representativo já foi constatada e quanto ao seu conservadorismo social ou a sua referência à fé, se deixarmos de entender como «excepcional» o que procede do Islão e não do Cristianismo, aperceber-nos-emos que não estão assim tão distantes da órbita dos partidos democrata-cristãos existentes em todo o mundo ocidental. Assim, não só não se pode meter no mesmo saco os islamistas extremistas e os reformistas (todos os partidos reformistas denunciaram a violência e condenaram os atentados terroristas), como a marginalização ou repressão destes últimos favorece os primeiros. Em momentos de tanta tensão e riscos como os que actualmente se vivem, os reformistas podem desempenhar um papel intermediário e moderador em sociedades em ebulição, fartas das ditaduras e da marginalização sócio-económica a que estão submetidas.

Independentemente destes grupos islamistas, a realpolitik norte-americana da guerra fria criará novos actores islâmicos, muito radicais e fanáticos, que serão o embrião ideológico de Osama Bin Laden e da al-Qaida. Nesse período, os americanos apostaram na carta islâmica integrista, e foram estabelecendo relações privilegiadas com a Arábia Saudita e o Paquistão para criar, organizar e financiar uma guerrilha islâmica, em feroz oposição ideológica ao comunismo, para que lutasse contra os soviéticos no Afeganistão. Recrutados em todo o mundo árabe e muçulmano e doutrinados pela Arábia Saudita e pelo Paquistão em torno de uma concepção islâmica radical da «jihad», os combatentes islâmicos no Afeganistão, entre os quais se contava Osama Bin Laden, serão os aliados dos Estados Unidos nessa guerra contra a URSS.

Mas, essa experiência será o gérmen da radicalização desses combatentes que, fanatizados e doutrinados num Islão rigorista e intransigente, viverão a exaltação da vitória do Islão sobre o comunismo e a experiência do triunfo através do combate.

Quando regressam aos seus respectivos países de origem, rejeitam a moderação dos grandes partidos islamistas reformistas onde poderiam integrar-se, e vão alimentar as facções radicais e violentas nacionais. Mas os «afegãos», como a partir daí serão designados, vão manter estreitos laços entre si e deles surgirá a teia de Osama Bin Laden e dos seus émulos, os quais se caracterizarão por trasladar a sua acção do contexto árabe-muçulmano para uma potência exterior como os Estados Unidos, quando esta, a partir da queda da ordem soviética e da Guerra do Golfo, se converte num poder externo politicamente hegemónico e militarmente omnipresente no Médio Oriente. Para eles, os Estados Unidos e os seus mais destacados aliados representam hoje, simbolicamente, o que os soviéticos representaram no Afeganistão nos anos 80: ocupação, militarização e domínio político sobre território islâmico. Como agora não têm, como então tinham, o apoio de nenhuma superpotência nem de nenhum Estado na região, passaram do combate militar convencional para a organização clandestina em redes e para o uso de um terrorismo de imenso impacto pela grande brutalidade do seu alcance.

Em conclusão, a al-Qaida é um fenómeno terrorista que não tem origem, sociológica e historicamente, no movimento islamista, nem sequer naquele mais radical e violento que surgiu no mundo árabe nos anos 70, em reacção aos regimes socialistas árabes e não por oposição a qualquer país ocidental. O islamismo procede de um pensamento político e de uma experiência histórica que não são familiares a Osama Bin Laden nem à al-Qaida, cuja origem ideológica remonta aos anos 80, fruto da alquimia saudita, paquistanesa e americana, e são o resultado final de um processo que teve origem na guerra fria. A sua origem política, como a da al-Qaeda, é uma reacção à política norte-americana seguida desde a Guerra do Golfo. Ao compartilhar o modo de acção terrorista, a interpretação islâmica rigorista e totalitária e a crescente rejeição em relação à política ocidental no mundo muçulmano com os outros grupos islamistas radicais anteriormente existentes, é precisamente com estes que se desenvolve a sintonia necessária para que se unam e identifiquem com o modelo da al-Qaida, dando-lhe cobertura nos seus respectivos países de implantação. Atrair estes movimentos esteve certamente na primeira linha da estratégia da al-Qaida.

A melhor forma de isolar e debilitar os islamistas extremistas é contribuir para a democratização do quadro político dos países árabes, integrando os islamistas reformistas ou moderados que, mesmo que tal não faça parte da informação selectiva que recebemos diariamente – centrada somente nos actores extremistas –, estão, como o Ocidente, em luta contra os violentos. De qualquer forma, a al-Qaida procura ser o principal beneficiário da destruição do Iraque pelos Estados Unidos e da sociedade

palestina por Israel. De facto, todos os que estão envolvidos na rede da al-Qaida têm um grande interesse na manutenção da actual política americana, pois vai deslegitimando o seu opositor e reforçando o seu apoio social nas sociedades civis muçulmanas.

Em consequência, enquanto não se avançar na criação de um Estado palestino independente, territorialmente digno e viável, enquanto continuar a ocupação americana no Iraque, enquanto não se apoiarem os actores políticos democráticos, incluindo os islamistas reformistas, nos Estados árabes, não se poderá lutar politicamente com êxito contra o terrorismo – pois são os extremistas e os terroristas os que mais benefícios retiram da situação de sofrimento social, penúria, humilhação e injustiça que actualmente existe. Paralelamente, é necessário dignificar o Islão perante as correntes de islamofobia que cresceram de forma alarmante nos últimos anos no mundo ocidental; é necessário corrigir sentimentos de superioridade cultural ocidental que levam a tratar o universo muçulmano como inferior, tarado, fanático e incompatível com processos de modernidade. De toda essa posição etnocêntrica que maltrata e despreza a realidade muçulmana, obtêm os terroristas importantes créditos, fazendo reverter de forma espúria a seu favor os sentimentos de frustração e injustiça da maior parte dos cidadãos árabes e muçulmanos, tanto os que vivem em países ocidentais como nas geografias árabo-islâmicas.